

CARTA DE PORTO ALEGRE 2017

Nós, agentes da Pastoral da Aids, vindos de 22 estados do Brasil, participantes do VII Seminário Nacional de Incidência Política, realizado de 07 a 09 de julho de 2017, em Porto Alegre/RS, inspirados na fé e engajados no enfrentamento da epidemia da aids em nosso país, dedicamo-nos ao tema “Participar para garantir direitos”, iluminados pelo desafio bíblico “Onde dormirão os pobres” (Ex 23,26).

Refletimos e partilhamos a **preocupação** com o momento crítico que se apresenta no Brasil, percebido na crise das instituições, na fragilidade econômica, na excessiva judicialização da vida política e na saúde e, sobretudo, no perigo que corre nossa democracia. A proposta de resolução da crise pela fórmula do ajuste fiscal é perversa quando feita à custa dos menos favorecidos, colocando em risco a dignidade humana da grande maioria do nosso povo. Inspirados em Jesus queremos reafirmar que a economia deve estar a serviço das pessoas e não o contrário.

Fundamentados no Evangelho, **acreditamos** que seja possível a construção de uma sociedade onde o bem comum se sobressai aos interesses do capital, onde a destinação universal dos bens é mais importante que a sua apropriação privada, onde a vida é mais importante que a lei e que a economia, onde a dignidade humana seja respeitada e aconteça a inclusão social dos pobres, rompendo ciclos de violência e de exclusão.

Reafirmamos nosso compromisso com a **democracia** alicerçada em instituições sólidas e independentes, conquista inegociável da população brasileira, que desejamos continuar construindo com a busca de maior igualdade e participação das pessoas, caminho para sua efetiva concretização. Reafirmamos ainda a **saúde como direito** de toda a população e o SUS, patrimônio do Brasil, como instrumento imprescindível para garantir este direito. Não aceitamos seu desmonte, redução ou transformação de seus princípios (universalidade, equidade, integralidade, regionalização, participação social);

Recomendamos que:

Seja garantida a manutenção do incentivo financeiro para o combate da epidemia de aids e torná-lo visível para o controle social.

O Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais, órgão do Ministério da Saúde responsável pela Política de Aids, seja fortalecido a fim de que se mantenha o **cuidado integral** às pessoas acometidas pelo HIV e que possa coordenar, em nível nacional, as estratégias para que este **cuidado se efetive** em todas as regiões do país, em suas instâncias estaduais e municipais, como está previsto na normatização do SUS. E estimule e fortaleça o apoio às **Redes de Pessoas Vivendo com HIV** (RNP, Cidadãs Posithivas, Jovens e Adolescentes, dentre outros), cujo protagonismo na luta contra a aids reconhecemos incentivamos. Além das Redes e Movimentos, sejam fortalecidas respostas comunitárias, levadas adiante por pequenas organizações;

Seja fortalecida nos Regionais e nas dioceses a estrutura de organização e articulação das pastorais sociais, na linha proposta pela CNBB através da Comissão Episcopal de Pastoral para a Ação Sócio-transformadora, potencializando a pastoral de conjunto e a transversalidade de temas importantes;

Que haja a intensificação na formação e capacitação na base (paróquias e dioceses), com estudos sobre a Legislação em saúde, a fim de qualificar a ação dos agentes e garantir que os usuários tenham ciência de seus direitos e das formas de acessá-los.

Que os agentes da Pastoral da Aids continuem seu processo de formação no campo da incidência política e se insiram em todos os espaços onde se definem as políticas do nosso setor. Recomendamos, principalmente, a participação no Congresso Nacional de Prevenção e no processo da I Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (âmbito local, municipal, estadual e nacional), fomentando o protagonismo na luta por uma sociedade mais justa, democrática e fraterna.

Porto Alegre, 09 de julho de 2017.